

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2020 a 31/10/2020

Indexação: “queimada” or “incêndio florestal” or “incêndio”

Documento 1/4

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:44
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falta de embasamento de discursos sobre o combate à corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro, e sobre o sucesso da gestão governamental nas áreas de saúde e meio ambiente. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Solidariedade à Deputada Benedita da Silva diante da retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da Parlamentar da galeria das grandes personalidades negras brasileiras. Protesto contra a redução, para 300 reais, do valor do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Posicionamento da oradora contrário à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e da Caixa Econômica Federal. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, eu fico muito impressionada - penso que talvez seja cinismo - quando dizem que o Presidente da República combate a corrupção, já que ele não consegue explicar uma pergunta absolutamente básica: por que a sua esposa recebeu 89 mil reais da conta de Queiroz? Nem consegue explicar esta fixação que sua família tem por comprar imóveis incompatíveis com a sua própria renda com dinheiro vivo. O Presidente da República também não consegue explicar como é que ele tenta interferir na Polícia Federal para impedir que haja investigações contra o próprio filho.

Também não consigo entender como alguns dizem que a política ambiental brasileira é uma grande política, porque o Pantanal está



queimando, e nós temos um país que ora convive com o óleo, ora convive com as cinzas, e que vai sendo destruído na sua política ambiental, inclusive com a precarização dos órgãos que defendem o meio ambiente.

Outros dizem que este Presidente tem os olhos voltados para o pouco e faz uma excelente gestão na saúde. No entanto, o Brasil tem 146 mil mortos. São 146 mil mortos, número que cola na nossa pele e na nossa alma, fazendo com que nos solidarizemos todos os dias com as famílias, porque aquele que parte é sempre o amor de alguém.

Nós vemos, além disso, a intervenção do Governo no próprio Estado, ao colocar na Fundação Palmares um racista, alguém que arranca da parede o nome de Benedita da Silva da galeria das grandes personalidades negras deste País, mas não consegue arrancar do imaginário e da história do povo brasileiro a função de Benedita da Silva, a quem eu presto minha solidariedade.

Este Governo diz que é preciso olhar para os pobres, mas reduz o auxílio emergencial para 300 reais, reduzindo a renda da população mais pobre em mais de 20%, uma população que continua sofrendo com os impactos da inflação nos preços dos alimentos.

Alguns criticam João Doria - eu também o critico - porque quer fazer privatizações. Eu critico também o Presidente da República, que quer privatizar a ELETROBRAS e os Correios, empresas que dão lucro ao País. Ele mandou para esta Câmara Federal uma medida provisória que esquarteja a Caixa e quer privatizá-la aos pedaços, sem que o Parlamento possa intervir nesta iniciativa. Além de entregar e desnacionalizar este País nos instrumentos estratégicos para um projeto de desenvolvimento nacional, o Presidente tenta calar o Parlamento e impedir que discuta este projeto e se coloque contra ele.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que devemos votar imediatamente a Medida Provisória nº 1.000, que não aceitamos os 300 reais de auxílio emergencial e que queremos os 600 reais para a população pobre deste País.

Muito obrigada.

Documento 2/4

24.2020.B

Sessão Outro Evento

06/10/2020-14:12

Publ.: DCD - 10/7/2020 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos membros da Comissão Externa destinada à investigação de queimadas em biomas brasileiros, especialmente na região pantaneira. Devastação por incêndios da biodiversidade dos pantanais mato-grossense e sul-mato-grossense. Importância da concessão do auxílio emergencial de 600 reais a indígenas, aos remanescentes de quilombos e aos povos ribeirinhos.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, nesta tarde, nos Breves Comunicados, quero falar da Comissão Externa em defesa dos biomas, especialmente do bioma do Pantanal.

Quero agradecer a todos os Deputados que compõem a Comissão, que estão debruçados sobre esta questão, Deputados de todos os partidos, porque se trata de uma Comissão suprapartidária, que vem dando importantes contribuições em relação ao que está acontecendo no Estado de Mato Grosso e no Estado de Mato Grosso do Sul. Ainda com escassez de chuvas, sem que haja planejamento por parte do Governo Federal, o Pantanal está sendo consumido todos os dias, já com mais de 25% do seu bioma completamente destruído.

Estamos vendo aqui a força da população. Pessoas do País inteiro estão vindo ao Pantanal para ajudar a salvar os animais. Fazendeiros colocam seus funcionários nas frentes, para tentar apagar o fogo. Vemos os bombeiros, o ICMBio, o IBAMA. Estes estão pouco representados, mas aqui estão. E mais ultimamente vemos a Força Nacional, que o Governo Federal designou, ainda em número muito restrito, só agora em setembro, para ajudar no combate às queimadas.

Hoje ouvimos os Ministérios que estão relacionados com a questão ambiental. É uma tristeza muito grande ver que o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais já tinha indicado que este seria um ano de seca, que seria um ano sem água, que as chuvas tardariam, e ver que não houve planejamento para salvar esse bioma tão importante para o equilíbrio do clima no País e também nas Américas.

Sabemos que o Pantanal é a maior planície úmida do mundo, e sobre a planície úmida nós temos um grande incêndio. Nós temos chamas que não estão sendo controladas. Esperamos que, com as chuvas, o incêndio possa ser controlado e a Comissão Externa continue os seus trabalhos, para que no próximo ano a tragédia não se repita. Teremos, a seguir, ano sem chuva, até porque as mudanças climáticas estão presentes, e o mundo inteiro sabe o que está acontecendo. O Brasil está sendo visto no mundo inteiro, pela quantidade de fumaça que neste momento consome as nossas áreas verdes.

Por isso, eu peço a todos os Parlamentares que se debrucem sobre

esta questão, que olhem para o meio ambiente. A esta Casa peço que dê respostas legislativas. Há indígenas passando necessidades, sem água e sem alimentação, assim como populações remanescentes de quilombos e povos ribeirinhos. Por isso, o auxílio emergencial de 600 reais é fundamental para a sobrevivência dos que vivem no Pantanal e em todo o Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos fazer um esforço muito grande para que o nosso povo não passe fome nem sede, como tem acontecido aqui no Pantanal.

Documento 3/4

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:32
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediato afastamento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Atribuição ao Titular da Pasta da responsabilidade pela revogação da resolução de amparo às restingas e manguezais, e por queimadas ocorridas nas regiões amazônica e pantaneira. Natureza criminosa de incêndios ocorridos em biomas brasileiros segundo a Polícia Federal. Apresentação de ação popular para revogação do Decreto nº 9.806, de 2019, acerca de alteração do Decreto nº 99.274, de 1990, para mudança da composição e do funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria tratar hoje de uma questão: a saída imediata do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Ele é um verdadeiro bandoleiro como Ministro! Ele pratica crimes ambientais, ele está sendo processado em São Paulo, é réu inclusive por enriquecimento ilícito e por servir a grandes empresários aqui no Parque do Tietê. Toda essa resolução que acaba com restingas e manguezais, que ele passou ao CONAMA, é mais uma boiada em tempos a que estamos assistindo o que está acontecendo na Amazônia e no Pantanal.

Inclusive, como membro da Comissão Externa do Pantanal, eu queria parabenizar a Polícia Federal pelo depoimento hoje contundente na nossa Comissão, mostrando que os incêndios, em grande parte, são criminosos e eles têm condições de localizar. Quem está falando não é a oposição ao Governo, é a própria Polícia Federal que tem



instrumental inclusive para fazer mapeamento com resolução de até 3 metros, localizar movimentação de seres humanos e acompanhar todo o processo de queima.

Sabemos que isso está sendo estimulado de cima por Bolsonaro e também pelo Ministro do Meio Ambiente, sustentado ainda pelo Mourão, ou seja, eles estão incendiando, não tomam as providências. Eles já deviam ter deslocado tropas, aumentado o número de brigadistas, deveriam ter sido feitas previsões desse tipo.

Aproveito ainda a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para anunciar que entramos com uma ação popular para revogar o Decreto nº 9.806, de 2019. Assim como foi uma ação popular que conseguiu revogar essa questão das restingas e dos manguezais, queremos revogar a deliberação que reduziu o IBAMA a um núcleo duro, governista, para votar qualquer instrumento de destruição do meio ambiente. O CONAMA está aí para ajudar o Salles a destruir. Ele já está desmontando o IBAMA e o ICMBio. Nós vimos que eles reduziram de onze para quatro as entidades ambientalistas. Eles as reduziram nos Estados, nos Municípios, nas entidades científicas e ficaram o Salles e os cupinchas dele, na sua grande maioria. Então ele está com o poder de continuar destruindo a natureza.

Nós temos que fazer um cordão no Brasil inteiro para que este Ministro que pratica crimes ambientais, que envergonha o Brasil aqui e no exterior saia daí, porque ele tem a cobertura do Governo.

Fora, Salles! Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 4/4

115.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/10/2020-15:24
Publ.: DCD 10/21/2020 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Alcance do patamar de 154 mil mortes e 5 milhões de contaminados pelo coronavírus no País. Elevado número de indígenas atingidos pela doença. Falecimento do líder do povo sateré-mawé, Amado Menezes, em decorrência da Covid-19. Protesto contra a não inclusão de indígenas e profissionais da saúde na medida provisória sobre



a criação de barreira sanitária destinada à proteção de aldeias contra o coronavírus. Apresentação, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de emendas para melhoria da referida medida provisória e atendimento ao disposto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709, de 2020, sobre a adoção de medidas governamentais de proteção e promoção da saúde das populações indígenas. Não implementação da Lei Federal nº 14.021, de 2020, acerca da adoção de medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; da criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; da adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da Covid-19; e da alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública. Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre ação envolvendo o povo indígena xokleng, do Estado de Santa Catarina. Devastação da biodiversidade brasileira. Protesto contra a retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da ex-Senadora Marina Silva da lista de personalidades negras brasileiras. Indignação com o desvio de recursos públicos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de punição de envolvidos em atos de corrupção. Imediata inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, relativa à instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros desta Casa, sociedade brasileira que nos acompanha neste momento, eu gostaria, em primeiro lugar, de manifestar minha solidariedade a todas as vítimas da COVID-19.

Nós já estamos quase terminando 2020, um ano trágico para o povo brasileiro, na gestão do atual Governo. Soma-se a isso a pandemia do novo coronavírus, que já levou a óbito mais de 154 mil vítimas e produziu mais de 5 milhões de infectados em todo o Brasil. A situação é ainda mais grave nas comunidades indígenas, onde temos mais de 37 mil infectados pela pandemia, conforme dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB.

A mais recente vítima da COVID-19 foi o líder Amado Menezes, de 64 anos, do povo sateré-mawé, do Amazonas, Estado do nosso Líder Marcelo Ramos, que acabou de falar. Amado Menezes era um dos fundadores da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. Nos últimos dias, ele atuava na barreira sanitária da sua comunidade. A propósito, o Governo emitiu recentemente uma medida provisória para estabelecer sua vontade de efetuar uma interferência política que se relaciona com a ADPF 709, que está em

trâmite no Supremo Tribunal Federal, barreira que este Governo ainda não implementou.

Com isso, o Governo envia para o Congresso Nacional medida provisória para criar uma barreira sanitária, indicando, no entanto, que os profissionais que nela atuarão serão seguranças públicos, não profissionais da saúde, mas seguranças relacionados apenas à questão policial, sem nenhuma previsão de participação dos povos indígenas. Como o próprio nome diz, trata-se de uma "barreira sanitária". Portanto, deveria prever a participação pelo menos dos agentes e dos profissionais da saúde.

Pela avaliação de que esta demanda estaria sendo discutida na sala de situação da ADPF 709, por não ter havido nenhuma consulta aos povos indígenas, nós, Parlamentares que atuamos ativamente na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, apresentamos dezenas de emendas para melhorar a proposta e atender ao disposto na ADPF 709. O Governo precisa saber ouvir, dialogar e, acima de tudo, respeitar os direitos dos povos indígenas. Até o momento, não foi implementada a Lei nº 14.021, aprovada quase por unanimidade. Os povos indígenas até hoje não viram a implementação desta lei.

Aproveito o momento para reforçar a luta dos povos indígenas em um caso de repercussão geral que estará na pauta do dia 28 de outubro no Supremo Tribunal Federal. Será discutido o caso do povo xokleng, de Santa Catarina, no entanto a decisão do Supremo Tribunal Federal vai afetar todos os povos indígenas e todas as terras indígenas no Brasil.

O que está em questão é o direito originário às terras, direito que nossa Constituição assegurou justamente para proteger a vida dos povos indígenas. Todavia, o que muitos querem é estabelecer um marco temporal, uma tese que vai de encontro aos princípios da Constituição Federal. Nossos direitos territoriais não começam com a promulgação da nossa Constituição - eles já vêm de muito tempo. Os povos indígenas já convivem com muitos ataques e retrocessos neste Governo, e esta seria mais uma injustiça no País.

Nós estamos pedindo aos Parlamentares e à Suprema Corte que se sensibilizem com esta causa, que não é somente dos povos indígenas, mas de todos os brasileiros. Os povos indígenas têm o direito de ver respeitados seus direitos.

Falando da questão ambiental, vemos que a situação está cada vez mais grave. Nós temos visto o avanço dos incêndios, para os quais não há uma resposta rápida, o que acaba destruindo nossa biodiversidade, nossa vida. Diversos estudos científicos e publicações constatam os retrocessos que temos visto nos últimos tempos no Brasil. A situação



piora, os ataques continuam.

Eu quero registrar meu repúdio ao ataque de que foi vítima nossa líder Marina Silva, que teve seu nome retirado, pelo Ministério da Cultura, da lista de personalidades. Ela não é simplesmente a líder da Rede Sustentabilidade, mas uma personalidade, alguém que combate o racismo no nosso País e que defende o meio ambiente e os direitos sociais.

Eu não poderia deixar de repudiar os atos de corrupção praticados no nosso País e, mais recentemente, no meu Estado de Roraima. Estou falando do vergonhoso episódio que ocorreu em plena pandemia. Enquanto famílias perdem seus entes queridos e pessoas estão nos hospitais, recursos destinados para o enfrentamento da COVID-19 são desviados, o que é um verdadeiro descaso. Isso é intolerável, Sr. Presidente! Nós precisamos combater a corrupção. É preciso punir quem comete atos como este. Nós não podemos aceitar a impunidade. É preciso ter respeito à vida da nossa população.

Aproveito para reforçar que é preciso colocar em pauta a Medida Provisória nº 1.000, Sr. Presidente, em prol das famílias carentes, que precisam de recursos para sobreviver. Caso contrário, nós vamos continuar discutindo as obstruções nas sessões da Câmara. Pelos direitos do povo brasileiro mais pobre e excluído, eu reforço o pedido da Oposição para se incluir a Medida Provisória nº 1.000 na pauta.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.